



DECOLONIALIDADE E TESSITURAS INDÍGENAS: ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS TERENA

DECOLONIALITY AND INDIGENOUS TESSITURES: POLITICAL ARTICULATION OF THE TERENA

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2024.v16.21249>

Iara Quelho De Castro

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

 <https://orcid.org/0000-0003-1104-364X>

iara.quelho@ufms.br

Recebido em 29 de abril 2024

Aprovado em 02 de junho de 2024

RESUMO: O artigo trata da articulação política dos Terena, etnia indígena que vive no Mato Grosso do Sul. Por meio da análise de documentos que formulam após cada assembleia, realizada anualmente, desde 2012, e sob uma perspectiva decolonial, busca-se apontar as formas de atuação e posicionamento adotados em face às adversidades que enfrentam. A análise permite verificar que os Terena tecem suas práticas políticas externas de diferentes formas, destacando-se o domínio do conhecimento da sociedade envolvente.

ABSTRACT: The article deals with the politics articulation of the Terena, an indigenous ethnic group that lives in Mato Grosso do Sul. Through the analysis of documents that they formulate after each assembly, held annually since 2012, and from a decolonialist perspective, we seek to point out the ways of performance and positioning adopted in the face of the adversities they face. The analysis allows us to verify that the Terena weave their external political practices in different ways, highlighting their mastery of knowledge of the surrounding society.

Palavras-chave: Política Indígena; Protagonismo Indígena; Decolonialidade

Key words: Indigenous Politics; Indigenous Protagonism; Decoloniality

Apresentação

Com uma população calculada em 28.845 mil pessoas (IBGE, 2010), os Terena vivem atualmente em um território descontínuo, fragmentado em pequenas “ilhas” cercadas por fazendas. Encontram-se em muitos municípios sul-mato-grossenses, tais como Miranda, Aquidauana, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Campo Grande, Nioaque e Rochedo. Também há famílias Terena vivendo em Porto Murtinho (na Terra Indígena Kadiwéu), Dourados e no estado de São Paulo (na Terra Indígena Araribá).

Os Terena mantêm um contato intenso com a população regional e nacional, interagindo sob as mais diversas formas e em diferentes âmbitos da sociedade envolvente. A presença indígena, anteriormente, se revelava exclusivamente nas representações dos homens trabalhadores nas fazendas, das mulheres como trabalhadoras domésticas e feirantes nas ruas e mercados das cidades, como Campo Grande, Aquidauana, Miranda, Nioaque; atualmente, a situação mudou. O movimento indígena brasileiro, visível a partir da década de 1970, progressivamente possibilitou a ampliação de espaços da atuação indígena. Nesse contexto, os Terena conquistam cargos públicos nas prefeituras, em secretarias estaduais e nas universidades da região, como estudantes de cursos de graduação e pós-graduação, formam-se professores, profissionais nas mais diversas áreas, especialistas, mestres e doutores. De um modo geral, pode-se definir os Terena como um povo bilíngue que “tem orgulho de dominar, inclusive por meio do uso da língua do purutuya, a situação do contato com a sociedade nacional” (LADEIRA, 2001, p. 130).

Inseridos no movimento indígena brasileiro, os contemporâneos Terena apresentam práticas políticas no interior da sociedade nacional e uma atuação que remete a uma perspectiva decolonialista de mundo. Essa percepção tornou-se possível à medida em que foram examinados os registros que fazem ao final de cada assembleia que realizam anualmente desde 2012.

Os registros, denominados de documentos finais, apresentam-se como uma espécie de ata, um resumo escrito dos assuntos debatidos e das decisões tomadas em cada assembleia realizada e que são veiculados nas redes sociais

disponíveis e naquelas criadas pelo próprio grupo.¹ Qual seria a finalidade das publicações e a quem se dirigem? Levantamos a hipótese de que, ao registrarem suas ações políticas, os Terena buscam documentar seu protagonismo, apontar sua visão de mundo e construir uma memória que possa legitimar sua presença e lutas no interior da sociedade nacional, apontando sua ancestralidade na região, a continuidade cultural, a exemplo da realização de assembleias, que se firmam como uma das tradições do grupo para o debate e tomada de decisões coletivas. Para explorar as questões provocadas pelos registros examinados, organizamos o presente texto em duas partes.

Na primeira parte, retomamos, de forma breve, a perspectiva decolonialista construída a partir da América Latina, utilizada como uma das referências para pensar as experiências que os Terena vêm realizando na contemporânea esfera pública que se constitui articulada às suas dinâmicas internas. A compreensão do conjunto de percepções e representações negativas contemporâneas sobre os povos indígenas, seus saberes e histórias passam necessariamente, ao nosso ver, pela compreensão daquilo que intelectuais latino-americanos chamam de colonialidade do poder, do ser e do saber. Dessa forma, chamamos para a cena da presente reflexão, as principais pautas reivindicatórias dos decolonialistas, para o entendimento de novas propostas que se encaminham no sentido das possibilidades de construção de um mundo que não se baseia na exclusão de saberes e seres que povoam de forma múltipla, diversa e enriquecedora o mundo em que vivemos.

Na segunda parte, sob a perspectiva do protagonismo indígena, enfatizado por Monteiro (2001), examinamos o posicionamento do grupo vinculado ao Conselho Terena, a organização indígena que coordena as Grandes Assembleias do Povo Terena, as *Hanaiti Ho'Únevo Têrenoe*, a partir da leitura dos chamados documentos finais, que são produzidos após cada assembleia. Esses documentos encontram-se publicados nas mídias digitais, em sites como o da APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil) e do CIMI (Conselho Indigenista

1 Os documentos finais estão divulgados nas redes digitais do Conselho Indigenista Missionário, do Instituto Socioambiental – PIB (Povos Indígenas), do Racismo Ambiental e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e a dos próprios Terena, os quais possuem um site na internet e mantêm uma página no Facebook para interagir com o público de um modo geral, para além da sua própria comunidade, para dar conhecimento de suas ações mostrando seu posicionamento em relação a temas a eles relacionados, publicando e divulgando eventos, apresentando as suas propostas, reivindicações, e, quando necessário, convocando para a luta, mobilizando o grupo na defesa dos seus direitos.

Missionário), constituindo um campo de interação, tornando públicas suas determinações para além de suas aldeias, construindo um ponto de referência para a conquista de novas parcerias pela causa indígena, como também para se mobilizarem e enfrentarem os desafios que lhes são impostos.

Sob uma perspectiva decolonial, entendemos os registros realizados como testemunhos de políticas e estratégias viabilizadas pelos Terena neste século XXI e que delineiam um projeto que defende a constituição de uma sociedade outra, onde possam bem viver, opondo-se à hierarquização inferiorizante na qual foram inscritos.

Neste artigo, estabelecemos um diálogo horizontal entre a teoria da decolonialidade e a produção dos registros Terena, por meio do qual se pode rastrear o delineamento de um projeto político e ético decolonial, como luta por reexistência dos povos indígenas, explorando as possibilidades abertas pelas contribuições dos teóricos da decolonialidade para novas leituras das histórias indígenas, ontológica e epistemologicamente falando, de povos subalternizados pelas hierarquias do parâmetro da modernidade europeia.

Perspectivas decoloniais para se pensar os povos indígenas

A hegemonia da tradição política e filosófica da modernidade europeia produziu a subalternidade dos povos indígenas, como seres, saberes e experiências avaliados como irrelevantes. Nesse espaço colonizado, estabeleceram-se referenciais universais impostos como únicos e legítimos que constituíram a inferioridade dos Outros, situados fora desses parâmetros.² O apagamento do “resto” do mundo ganhou força como um paradigma, para se representar o mundo através da perspectiva racional e iluminista que prosperou na Europa Ocidental como projeto epistemológico e ontológico expresso na cisão abissal do mundo. De um lado, os que se consideram iluminados, que detêm o conhecimento “verdadeiro” e, do outro, aqueles que são considerados obscuros, ignorantes, insensatos e supersticiosos. Esse tipo de classificação, como parte constitutiva da moderni-

² Para o sociólogo peruano, Aníbal Quijano, esse novo padrão de poder, fundamenta-se na ideia de raça, que se constituiu na experiência básica da dominação colonial, que passou a permear diferentes dimensões do poder mundial (QUIJANO, 2010). O semiólogo argentino Walter D. Mignolo avalia que o espaço hoje América Latina foi um lugar de recomposição da civilização europeia, católica e latina, desenhada pela colonialidade do poder (MIGNOLO, 2005)

dade europeia e da sua matriz epistêmica, invisibilizou os sujeitos que se encontram distantes do padrão denominado por Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 72) de “sistema-mundo europeu/ euro norte americano/ capitalista/ patriarcal/ moderno /colonial”.

A noção de colonialidade, como processo que transcende a dimensão jurídico-administrativa da colonização, manifesta-se como uma das inovações teóricas desenvolvidas por intelectuais latino-americanos do grupo Modernidade/ Colonialidade (M/C) e que serve para a compreensão dos povos indígenas.³ Dessa forma, as múltiplas violências praticadas contra esses povos, vêm sendo confrontadas a partir das últimas décadas, tanto por teorias críticas, contraponto à teoria cartesiana, quanto pelas práticas movidas por aqueles que foram categorizados como subalternos.⁴

Quijano realizou a revisão do argumento pós-colonial, o que ensejou a emergência da noção de “giro decolonial”, promovendo uma renovação crítica das ciências sociais no século XXI, nos quadros da permanência do pensamento colonialista em escala global. Aníbal Quijano define colonialidade como:

3 O grupo Modernidad/Colonialidad (M/C) emergiu na década de 1980 como uma rede de intelectuais latino-americanos, dentre os quais podem ser mencionados os sociólogos Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Ramón Grosfoguel; o semiólogo Walter Mignolo, a pedagoga Catherine Walsh, os antropólogos Arturo Escobar e Fernando Coronil e os filósofos Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez, Maria Lugones e Nelson Maldonado-Torres. Seus integrantes defendem uma perspectiva decolonial, discutindo as relações de poder que foram estabelecidas a partir de 1492 onde hoje conhecemos como América, com a instalação de um sistema sócio-econômico que constituiu a Europa, como centro geopolítico de poder.

4 O M/C constituiu-se teoricamente sob a influência do movimento pós-colonial e dos estudos subalternos indianos, entretanto, vai radicalizar seu posicionamento teórico, distanciando-se daqueles, ao promover o “giro decolonial”, profundamente comprometido com os termos do texto de Aníbal Quijano, “Colonialidad y Modernidad-Racionalidad” (MIGNOLO, 2007). Autores precursores do pensamento pós-colonial constam como objeto de estudos e críticas do M/C, como Frantz Fanon, psicanalista, negro e martinicano, revolucionário do processo de libertação nacional na Argélia; Aimé Césaire, poeta, negro também nascido na Martinica e Albert Memmi, escritor e professor de origem judaica, assim como Foucault, Deleuze, Derrida e Lyotard, vinculados ao pós-estruturalismo e ao desconstrutivismo, também constam das referências do M/C, embora criticados quanto à capacidade de rompimento radical com a perspectiva eurocêntrica. Essas referências contribuíram com o início da transformação das bases epistemológicas das ciências sociais ainda em ampla construção (BALLESTRIM, 2013). A indiana Gayatri Chakravorty Spivak, oriunda do grupo dos estudos subalternos, da década de 1970 e, anterior ao M/C, foi considerada como uma autora que utilizou de forma excessiva os referenciais pós-modernos e, nesse sentido, o Grupo de Estudos Subalternos criado no Sul Asiático também teria servido para reforçar o pós-colonialismo como movimento epistêmico com desdobramentos em vários outros países influenciando estudos variados (BALLESTRIM, 2013).

um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em casa um dos panos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e a escala societal (QUIJANO, 2010, p. 84).

Esse novo “padrão de poder mundial”, constituído com a incorporação europeia de novos sujeitos presentes em terras continentais anteriormente desconhecidas pela Europa, produziu um novo “espaço-tempo” (WALLERSTEIN, 1997) a partir de dois eixos associados. De um lado, a ideia de raça como elemento codificador da diferença entre colonizador e colonizados, com uma suposta inferioridade desses últimos. Por outro, a articulação das formas de controle europeu do trabalho, de recursos e de produtos, em torno do capital e do mercado mundial que, “dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista” (QUIJANO, 2005, p. 120).

O conceito de colonialidade do poder formulado por Aníbal Quijano, que fundamenta o projeto decolonial do grupo M/C, não se restringe ao controle da economia/trabalho, mas abarca também o controle da autoridade, o Estado e suas instituições –, da raça, do gênero, da sexualidade, do conhecimento e da natureza (BERNARDINO-COSTA, 2018). A lógica universalista, criticada pela decolonialidade, sustenta o projeto hegemônico supondo a linearidade histórica, na qual os modelos, europeu e, posteriormente, o norte-americano são vistos como o ponto ideal a ser atingido, considerando as outras formas de organização da vida e do mundo como atrasadas e equivocadas. Nesse sentido, essa lógica organiza não somente a produção do conhecimento, como também outras expressões da vida, como a economia, a política, estética, subjetividade e relação com a natureza.

Walter Dignolo (2003) estendeu a noção de colonialidade do poder, apontando para o estabelecimento de uma geopolítica do conhecimento operacionalizada pela ideia da diferença colonial, que emergiu no processo de colonização, desenvolvendo a ideia de colonialidade do saber. Nessa direção, Bernardino-Costa (2018) avalia que

Foi esse domínio colonial que permitiu a alguns definirem a si mesmos como possuidores do conhecimento válido e verdadeiro, e a outros como destituídos de conhecimento. Deste modo, as múltiplas tradições indígenas, africanas, asiáticas, muçulmanas, hindus, entre outras, sofreram um longo processo de deslegitimação no âmbito da modernidade/colonial (BERNARDINO-COSTA, 2018, p. 122)

Frente ao complexo processo de dominação, o projeto decolonial se constitui de uma estratégia epistêmica e política de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser, e que aponta para uma dimensão da resistência e reexistência política que vai além dos processos de independências e descolonizações que ocorreram nas Américas no início do século XIX e na segunda metade do século XX na África, Ásia e Caribe. Dessa forma, representa um confronto direto com as hierarquias raciais, de gênero, de sexualidade, religiosas e estéticas que estruturam o sistema de dominação e exploração do sistema-mundo moderno/colonial, denominada colonialidade do poder⁵ (BERNARDINO-COSTA, 2018)

Desenvolvimentos posteriores aos conceitos como colonialidade do poder e colonialidade do saber, utilizados como chave no desenvolvimento do projeto decolonial, mostram propostas de ampliação do seu campo de aplicação, como pode ser visto na proposta de “interculturalidade e colonialidade do poder” de Catherine Walsh:

A interculturalidade crítica [...] é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Uma proposta e um projeto político que também poderia expandir-se e abarcar uma aliança com pessoas que também buscam construir alternativas à globalização neoliberal e à racionalidade ocidental, e que lutam tanto pela transformação social como pela criação de condições de poder, saber e ser muito diferentes. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. [...], é um projeto de existência, de vida (WALSH, 2007, p. 8)

Como pensamento crítico, a decolonialidade propõe a análise do mundo contemporâneo, a política global e as relações sociais a partir de paradigmas e epistemologias outras. Como projeto, pretende “descolonizar” a lógica da colonialidade, a que traduz diferenças em valores (MIGNOLO, 2011) e acaba por possibilitar a classificação e hierarquização de espaços, culturas e pessoas. Os pensadores decoloniais consideram a existência de uma estrutura sócio-histórica que produziu a modernidade e a colonialidade, como um único processo, iniciado no século XV, com a expansão do capitalismo para os territórios coloniais (MIGNO-

5 O filósofo argentino Enrique Dussel denomina esse projeto, desde a década de 1970, de transmodernidade, concebida como ruptura com a lógica da modernidade, propondo o estabelecimento de um diálogo entre os chamados “condenados da terra”, nos termos de Franz Fanon, ao propor a ruptura com o padrão de poder moderno/colonial e a instauração de um diálogo entre culturas e os povos que foram desvalorizados e avaliados como sem serventia pela modernidade europeia. Dussel propõe que esse diálogo seja feito entre os críticos das periferias, um diálogo intercultural Sul-Sul (DUSSEL, 2016, p. 61).

LO, 2000, 2011).

O educador Elison Antonio Paim avalia que a decolonização dos saberes, poderes e seres implica: a) a desconstrução das metanarrativas sobre a modernização, racionalização e progresso, buscando ouvir outras vozes, perceber as experiências, as memórias coletivas, as histórias dos subalternos; b) a compreensão dos processos que promoveram o silenciamento das múltiplas vozes que povoam o mundo; c) a aceitação de outras formas de produção de conhecimento, dentro de um sistema não hierárquico, mas equânime. Em suma, responder de forma crítica a todos os projetos que objetivam a dominação, em todas as suas formas e aos fundamentalismos que orientam a cultura hegemônica. (PAIM, 2019).

Essa possibilidade de rupturas pode ser efetivada por uma perspectiva decolonialista do mundo, pelo rompimento das “linhas abissais” (SANTOS, 2010) que dividem o mundo, classificam e hierarquizam as culturas e as sociedades. Para isso é necessário descolonizar os saberes e dialogar com outros sujeitos além daqueles situados na cultura hegemônica para a construção de uma sociedade com justiça, empatia, solidariedade e amorosidade.

A tessitura política contemporânea dos Terena

Entre junho de 2012 e novembro de 2023, foram realizadas 16 Grandes Assembleias do Povo Terena, as *Hánaiti Ho`únevo Têrenoe*, em suas aldeias localizadas no Mato Grosso do Sul, ocorridas sucessivamente nas aldeias Imbirussu (16/a 3/6 2012); Moreira (16/11 a 18/11/2012); Buriti (8/5 a 11/5/2013); Brejão (13/11 a 16/11/2013); Babaçu (7/5 a 10/5/2014); Lalima (19/11 a 23/11/2014); Cachoeirinha (6/5 a 9/5/2015); Água Branca (TI Nioaque, 21/03 a 23/03/2016) ; Bananal, Buriti (31/5 a 2/6/2017); Água Branca (TI Taunay-Ipegue, 29/11 a 2/12/2017); Tereré (23/5 a 26/5/2018); Ipegue (8/5 a 11/5/2019). Mãe Terra (17/11/2021), Brejão (agosto de 2022) e Cabeceira (2023).⁶

Todos esses eventos foram coordenados pelo Conselho Terena, uma das

6 Em Mato Grosso do Sul, segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS), a população indígena soma 80.459 habitantes, presentes em 29 municípios. Representados por oito etnias: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Kinikinanaw, Atikun, Ofaié e Guató. Em relação aos Terena, suas aldeias encontram-se assim distribuídas: 1) Aquidauana: Aldeia Colônia Nova, Aldeia Água Branca, Aldeia Ipegue, Aldeia Bananal, Aldeia Lagoinha, Aldeia Morrinho, Imbirussu, Limão Verde, Córrego Seco e Buritizinho. 2) Anastácio. Aldeinha. 3) Dois Irmãos do Buriti: Água Azul, Barreirinho, Buriti, Nova Buriti, Olho D'Água, Oliveira, Recanto. 4) Miranda: Argola, Moreira, Morrinho, Cachoeirinha, Lagoinha, Babaçu, Passarinho, Lalima, Mãe Terra. 5) Nioaque: Brejão, Taboquinha, Água Branca e Cabeceira. 6) Rochedo: Aldeia Bálamo, 7) Sidrolândia: Aldeia 10 de maio, Aldeia Córrego do Meio, Aldeia Lagoinha e Aldeia Tereré. Disponível em <https://www.secid.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>. Acesso em 11 mar. 2021.

instituições dessa etnia, criada em 2012, no curso do desenvolvimento do movimento indígena, como uma organização indígena formal, tendo como objetivo central a defesa dos interesses indígenas, em um esforço para centralizar a luta dos Terena. O antropólogo e advogado terena Luiz Henrique Eloy Amado avalia que o Conselho Terena foi constituído a partir do desenvolvimento das primeiras assembleias e reuniões que propiciaram o surgimento do Conselho Tribal de Mato Grosso do Sul, na década de 1980, como associação conectada a União Nacional Indígena (UNI), que tinha por objetivo formar redes de contato e coordenar a movimentação indígena na luta pelos direitos na constituinte de 1988. O Conselho Terena seria uma reorganização dessas lutas, a partir do movimento de Retomada, movimento de recuperação de territórios em face a inação do Estado brasileiro (AMADO, 2019). Nesse sentido, a criação dessa instituição se deu como resposta à persistente situação de adversidades quando os Terena, como outros indígenas, de outras regiões, como o nordeste brasileiro. Frente à incapacidade do cumprimento de preceitos legais, do direito indígena aos seus territórios, mobilizam-se na tentativa de forçar o Estado a responder à reivindicação que formulam.

Na avaliação de Luiz Henrique Eloy Amado, as Assembleias Terena constituem um amplo espaço de debate, não apenas sobre a questão fundiária e os processos de reconhecimento e regularização de territórios, abrangem outros temas considerados igualmente importantes, como saúde, educação, meio ambiente, sustentabilidade, representação política, juventude indígena e demanda das mulheres. Esse espaço de debate é aberto à participação de outras etnias e de outros movimentos como os camponeses, o Movimento Sem Terra e outros parceiros não indígenas, formando uma ampla rede de trocas de experiências e busca de soluções para problemas comuns que os atingem (AMADO, 2017)

O enfrentamento de problemas e suas resoluções por meio de assembleias, reunindo lideranças e sua comunidade é uma prática considerada tradicional entre os Terena. O terena Paulo Baltazar, mestre e doutor em Geografia, tece as seguintes considerações:

As lideranças Terena trouxeram do “Exiva” o processo tradicional de decisão que exigia constantes encontros de conselheiros tribais para manifestarem individualmente a sua opinião, refletindo os interesses da comunidade. Esse encontro, chamado de “houxóvoti”, que o purútuye chama de reunião, coordenado pelo “chefe de guerra” —hoje conhecido como “Presidente do Conselho Tribal” —buscava o consenso do grupo. Posteriormente, a decisão final era levada ao conhecimento do cacique. Nota-se, portanto, que as lideranças Terena, ao chegarem ao território brasileiro, já possuíam o modelo de reunião tradicional típico de sua organização social para decidirem os interesses da comunidade indígena. O exemplo clássico remete à escolha do cacique da aldeia, que mesmo sendo feita de forma consensual e hereditária, era submetida à apreciação de cada um dos conselheiros tribais, que faziam uma argumentação individual das características pessoais do novo líder. O processo consagrado no “houxóvoti” é prática tradicional e usual de decisão dos Terena até hoje, que buscam o consenso, a participação e a transparência nos trabalhos realizados (BALTAZAR, 2010, p. 80).

Dessa forma, evidencia-se que o ato de se reunir para discutir, resolver problemas, propor soluções são algumas das práticas antigas entre os Terena e comum aos povos indígenas, não sendo uma mera apropriação de um modelo ocidental, uma vez que “acreditar que os espaços de organização indígena se originaram a partir da presença não indígena é, de certa forma, corroborar o discurso colonialista que nega a autonomia dos povos indígenas” (SERAGUZA, 2015).

A formulação de estratégias de luta e tomada de decisões, no âmbito de assembleia, constitui-se uma prática considerada tradicional, vindo a se tornar uma instituição formal no contexto da afirmação das relações interétnicas de forma contínua e permanente. Além disso, o hábito de estabelecer aliança mostra-se como uma tendência dos Terena que, historicamente, demonstraram apreciar o aprendizado de novos saberes, técnicas e conhecimentos outros.

[...] os Terena buscam compreender a ciência dos não índios para, assim, estabelecer novas formas de sobrevivência sociocultural. Miranda mostra que estão cada vez mais integrados na sociedade nacional, seja por meio de seu ingresso nas universidades, pela participação na política e nas mobilizações pela demarcação dos seus territórios, porém cada vez mais índios, e conscientes de sua história, apropriada e ampliada para a garantia de direitos junto ao Estado brasileiro. O seu “Tempo do Despertar”, expressa o movimento, elaboração e reelaboração de táticas, formuladas por meio dos conhecimentos adquiridos e das redes que estabeleceram para apoiar e incentivar suas reivindicações e realizar suas conquistas (CASTRO, VARGAS, 2013, p. 21).

O “processo decisório” dos Terena passa necessariamente pela reunião dos líderes (houxóvoti), pois convocar reuniões com as lideranças é uma forma de honrá-los diante de sua comunidade (BALTAZAR, 2010, p. 75). Muito daquilo que se pode observar nas Grandes Assembleias do Povo Terena corrobora o entendimento do Paulo Baltazar:

O processo decisório Terena reflete seus valores culturais, transmitidos de geração a geração, que definem e norteiam a comunidade no seu próprio desenvolvimento. A comunidade é soberana na tomada de decisões que têm implicações sobre o seu próprio futuro. A posição dos seus líderes é reforçada no “houxóvoti” (reunião), que serve como espaço dialético nos quais as relações de poder e participação são evidenciadas e os seus valores culturais são reforçados. Quando os líderes são honrados, toda a comunidade é honrada. O consenso, que implica em igualdade, é o marco fundamental para todas as decisões do grupo indígena (BALTAZAR, 2010, p. 75).

As escolhas realizadas pelos Terena, como o ingresso nas universidades e a sua articulação por meio das novas tecnologias de comunicação, como a criação de perfis em redes sociais como Instagram e Facebook, que ampliam sua ativa rede de movimentação dentro da sociedade envolvente, encontram-se evidenciadas nos registros das assembleias, nos seus documentos finais.

Dentre as estratégias desenvolvidas pelos Terena, coordenadas pelo Conselho Terena, para além do movimento de Retomada, da apropriação dos discursos antropológicos, de conceitos e noções jurídicos e das formas de organização formal e outros recursos disponibilizados pela sociedade envolvente, podemos destacar também a revista Vukápanavo, com sua primeira edição em novembro de 2018 que, de acordo com seus editores,

destina-se à publicação de trabalhos acadêmicos, documentos, traduções, cadernos de imagens e registros audiovisuais relacionados aos Terena e a temas correlatos, tais como a história e a mitologia terena, as terapêuticas tradicionais e a saúde indígena, as expressões artísticas e religiosas, os direitos originários e constitucionais, as relações estabelecidas com outros povos indígenas, com o estado e a sociedade brasileira. Vukápanavo tem o objetivo de reunir e de dar visibilidade às pesquisas realizadas por pesquisadores indígenas e não-indígenas e que se refiram ao povo Terena. (APIB, 2021)

A Vukápanavo encontra-se em sua terceira edição, com o dossiê *Pandemia da Covid-19 na vida dos Povos Indígenas*, organizado com o apoio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e da Fundação Oswaldo Cruz que, na sua apresentação afirma:

Esta publicação se insere entre os atos de resistência política acionada pelos povos indígenas no contexto de pandemia. Mais do que uma atitude acadêmica, é uma postura política encabeçada por pesquisadores e pesquisadoras indígenas que, se valem da produção escrita como instrumento de demarcação de espaço no mundo acadêmico, realizando uma prática política estreitamente vinculada ao movimento indígena (APIB, 2021)

Os Terena evidenciam sua determinação para afirmarem o seu protagonismo e sua legitimidade, a partir de um outro espaço que estão conquistando, o espaço acadêmico. Essa inserção é muito significativa com a participação de professores egressos das universidades nas assembleias, inclusive redigindo os seus documentos, registrando de maneira formal as atividades, discussões e resoluções tomadas naqueles eventos.

Dos registros inscritos nos documentos finais das Grandes Assembleia do Povo Terena destacamos dois aspectos que avaliamos como fundamentais no processo de afirmação da política Terena contemporânea, no campo interétnico. Por um lado, a afirmação de uma memória de luta e posicionamento do grupo no interior da sociedade nacional e, por outro, a tradição da resolução coletiva por meio de assembleias:

Desde a Guerra do Paraguai os povos indígenas do Pantanal não se reuniam. Após 177 anos, as lideranças Terena se reúnem juntamente com representantes do povo Guaraní, Kaiowá e Kinikinau na terra indígena Taunay/Ipegue, na aldeia Imbirussú nos dias 01, 02 e 03 de junho de 2012. (DOCUMENTO FINAL da I Grande Assembleia do Povo Terena, Aldeia Imbirussú, 1º, 2 e 3 de junho de 2012)

Essa mesma disposição de evocar antigas memórias reaparece na XV assembleia realizada em 2022:

Como há quase 10 anos atrás(sic), nossa anciã mentora do nome da Assembleia, sentou em meio de nós, proferiu palavras de força e evocou nossa ancestralidade. “Esta não é apenas uma Assembleia. Esta é a Hanaiti Hó’unevo Têrenoe, a Grande Assembleia do Povo Terena” repetiu ela. Abençoados por suas palavras, entre nossas Guerreiras e Guerreiros relembramos emocionados a luta de quase uma década desde o levante de nossa Grande Assembleia. Foram retomados milhares de hectares de nossas terras, que antes estavam alimentando gado para o agronegócio e hoje são utilizados pelas famílias terena para produzir seu alimento, recuperar as nascentes dos rios e reflorestar as matas. Enfrentamos inúmeros fazendeiros, políticos e parlamentares, com toda sua estrutura e força política, que ameaçavam nossos direitos. Na nossa caminhada fizemos valer o sangue derramado de nossos líderes. (DOCUMENTO FINAL da XV Assembleia Terena, Aldeia Brejão, Terra Indígena Nioaque, 24 a 27 de agosto de 2022.)

Fanhani (2021) aponta um outro aspecto relevante da política externa Terena, a apropriação de conhecimentos e recursos da sociedade envolvente para a defesa de direitos, coordenada pelo Conselho Terena. O domínio dos recursos jurídicos e legais por essa instituição e sua divulgação para o povo Terena podem ser vistos nos documentos finais, como consta nos registros desde a primeira assembleia, quando esse Conselho apresenta e discute

a inaplicabilidade da condicionante n. 17 do STF: Os fazendeiros suscitam contra nós aplicação da condicionante n. 17 imposta pelo STF quando do julgamento do caso da T.I. Raposa Serra do Sol que diz que “é vedada ampliação de terra indígena já demarcada”. Queremos frisar que tal condicionante não se aplica a nossa terra indígena de Taunay/Ipegue pois nossa terra não é fruto de demarcação conforme o dec. 1.775/96, e sim terra que foi reservada pela antiga política do SPI não observando os requisitos traçados pelo Art. 231 da CF/88. Assim, desqualificamos toda a alegação contra a demarcação de nossa terra tradicional. (DOCUMENTO FINAL da XIV Grande Assembleia do Povo Terena, Aldeia Mãe Terra, Terra Indígena Cachoeirinha. 17 a 20 de novembro de 2021)

Observa-se, dessa maneira, que a discussão da Tese do Marco Temporal se deu entre os Terena desde o primeiro momento de sua aplicação e contra a sua aplicabilidade a todos os territórios indígenas.⁷ Assim, verifica-se que o processo de organização política dos Terena contemplou e contempla o conhecimento dos dispositivos legais da sociedade envolvente e sua apropriação para a defesa dos seus direitos, constatando-se que

O documento final da primeira assembleia terena expressa a conjuntura dos desafios postos aos direitos indígenas abordando as proposições legislativas em tramitação contra os povos indígenas tais como: PEC 215, Portaria 303 da AGU, PL 77 1.610 que trata da mineração em terras indígenas (AMADO, 2017, p. 76)

O conhecimento dos dispositivos legais anti-indígenas, sua divulgação e discussão, aparecem em todos os documentos finais. Na grande Assembleia Terena de 2019, os Terena elaboram um documento denominado Carta de Ipegue, na qual exigem do Congresso Nacional o arquivamento de todas as propostas legislativas anti-indígenas e reivindicam ao Supremo Tribunal Federal que não permitam legitimar nenhuma proposta restritiva aos direitos indígenas e que se exclua, em definitivo, qualquer possibilidade de acolhida da tese do Marco Temporal.

Essa preocupação e luta contra os dispositivos jurídicos que tentam reduzir ou eliminar direitos indígenas encontra-se reiterada em todos os documentos finais das assembleias, estendendo-se nas três últimas assembleias (2021, 2022 e 2023). Na XIV, em novembro de 2021, foram listadas determinações contra uma

7 A tese do Marco Temporal defende que os povos indígenas apenas possuem direito às terras que já estavam ocupadas por eles até o dia da promulgação da Constituição Federal, 05 de outubro de 1988. Dessa forma, só poderiam reivindicar a posse de territórios ocupados até aquela data. Essa tese foi usada pela primeira vez em 2009, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) se valeu dela em um julgamento que determinou a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Mas, o próprio STF reconheceu que a tese aplicada no julgamento dessa terra indígena só tinha validade para aquele caso específico.

agenda anti-indígena presente no Congresso Nacional brasileiro que visam a limitar ou retirar direitos constitucionalmente estabelecidos.⁸ Foram apresentadas as exigências abaixo transcritas.

1. Retirada definitiva da pauta de votação da CCJC e arquivamento do PL (Projeto de Lei) 490/2007, que ameaça anular as demarcações de terras indígenas;
2. Arquivamento do PL 2633/2020, conhecido como o PL da Grilagem, pois caso seja aprovado, o projeto vai anistiar grileiros e legalizar o roubo de terras, agravando ainda mais as violências contra os povos indígenas;
3. Arquivamento do PL 984/2019, que pretende cortar o Parque Nacional do Iguaçu e outras Unidades de Conservação com estradas;
4. Arquivamento do PDL 177/2021 que autoriza o Presidente da República a abandonar a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), único tratado internacional ratificado pelo Brasil que aborda de forma específica e abrangente os direitos de povos indígenas;
5. Arquivamento do PL 191/2020 que autoriza a exploração das terras indígenas por grandes projetos de infraestrutura e mineração industrial;
6. Arquivamento do PL 3729/2004 que destrói o licenciamento ambiental e traz grandes retrocessos para a proteção do meio ambiente e para a garantia de direitos das populações atingidas pela degradação ambiental de projetos de infraestrutura, como hidrelétricas.
7. Fortalecimento da atenção básica de saúde aos povos indígenas, que vem sendo negligenciada e sucateada pelo Governo Federal. Somos contra as propostas de municipalização da saúde indígena.
8. A finalização dos processos de demarcação das terras indígenas Terena, Kinikinau e Guarani – Kaiowá, no Mato Grosso do Sul.
9. (DOCUMENTO FINAL da XIV Assembleia do Povo Terena, Aldeia Mãe Terra, Terra Indígena Cachoeirinha, Miranda, 17 1 20 de novembro de 2021)

Nas comemorações dos dez anos de realização das grandes Assembleias do Povo Terena, na XV assembleia realizada em agosto de 2022, são mais uma vez retomadas as discussões sobre a situação jurídica dos territórios e a análise da conjuntura política indigenista no Brasil e seus desafios para a efetivação dos direitos indígenas. Verifica-se, portanto, a persistência de projetos políticos que violam direitos dos povos originários, bem como a resistência e luta dos Terena.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, propiciou aos povos indígenas novas oportunidades, uma vez que, no ano seguinte, foi criado o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), entregue a Sonia Guajajara, presença assídua nas Assembleias Terena, e a designação de Joênia Wapishana para a presidência da

⁸ Em outubro de 2017 o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) realizou o mapeamento de parlamentares e proposições legislativas anti-indígenas, constatando 33 propostas, e mais de 100 projetos, que ameaçam direitos indígenas: “Levantamento aponta que maioria das propostas foi feita por ruralistas e pretende alterar critérios para demarcação ou liberar exploração de recursos em terras indígenas” <https://cimi.org.br/2017/10/congresso-anti-indigena-33-propostas-reunindo-mais-de-100-projetos-ameacam-direitos-indigenas/>

Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Nesse novo contexto, muitos Terena passaram a ocupar cargos, a exemplo de Luiz Henrique Eloy Amado, que se tornou o Secretário Executivo do novo ministério e de Leosmar Terena, como coordenador-geral de Promoção do Bem Viver Indígena do MPI. Consideramos que, depois da Constituição Federal de 1988, a criação do ministério e o alargamento do espaço de ocupação de cargos federais relacionados aos assuntos indígenas tornou-se um marco significativo das lutas por eles travadas, desde a década de 1970, a criação da União Nacional Indígena (UNI), que contou com a participação de Terenas, como Marcos Veríssimo e Modesto Pereira, entre outros. Certamente não foi uma caminhada ininterrupta, muitos foram os obstáculos, porém, a movimentação foi sempre retomada.

No ambiente político reconfigurado, realizou-se a XVI Assembleia, em 2023, que contou com a participação de Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas. Observa-se uma trajetória política permeada por diferentes estratégias e que mostram uma caminhada lenta, mas progressiva dos povos indígenas. Os Terena prosseguem no propósito de “aldear a política”, de ocupar espaços nos âmbitos legislativo, jurídico e executivo, e nos níveis municipal, estadual e federal das instituições da sociedade envolvente.

Manifestando-se na cerimônia de abertura da XV Grande Assembleia do Povo Terena, que aconteceu em 16 de novembro de 2023, que também marcou o início da Caravana “Participa, Parente!”, promovida pelo Ministério dos Povos Indígenas, o secretário executivo dessa entidade, o Terena Luiz Henrique Eloy Amado lembrou do processo de organização do povo Terena e da importância da mobilização. “Há 12 anos, quando começaram as primeiras assembleias, fomos criminalizados, tivemos CPIs para nos derrubar. Mas vencemos e estamos no ‘tempo de fazer’. Mas as políticas só vão chegar aonde o povo está organizado”. MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Sonia Guajajara abre Caravana “Participa, Parente!” durante a Grande Assembleia do Povo Terena, no Mato Grosso do Sul. 16 nov. 2023)

Considerações finais

Os documentos finais das Assembleias do Povo Terena, de 2012 a 2023, permitem considerar que essa etnia delinea uma política decolonial. Os Terena mostram que não se sujeitam à situação subalternizante que a cultura ocidental hegemônica lhe impôs. Mobilizam-se e organizam-se em instituições indígenas, como a do Conselho Terena, aqui considerada, uma vez que coordena aquelas assembleias.

Respondendo às questões levantadas inicialmente, pode-se considerar que os Terena publicizam as decisões e propostas elaboradas coletivamente, a partir de suas assembleias, para demonstrar suas ações políticas, buscam documentar seu protagonismo, apontar sua visão de mundo e construir uma memória que possa legitimar sua presença e lutas no interior da sociedade nacional, apontando sua ancestralidade na região e sua perspectiva decolonialista de vida, do ser, do viver e do poder.

Com uma intensa atuação no interior da sociedade envolvente, os Terena construíram seu protagonismo, fundado no direito à diferença, confrontando a colonialidade do poder, do saber e do ser. Insurgem-se contra as representações impostas pelo sistema hegemônico, forjam novos espaços a partir dos quais defendem seu bem maior, seus territórios, base de sua existência, lugar dos seus antepassados, do seu saber e da sua cosmovisão.

Dentre as estratégias desenvolvidas pelos Terena, coordenadas pelo Conselho Terena, constam o movimento de Retomada, a apropriação dos discursos antropológicos, de conceitos e noções jurídicos, a formação de um conjunto de pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento, a formação política para os mais jovens e a constituição de rede virtual de comunicação, que aparecem nos documentos finais das assembleias. Destaca-se a aquisição de conhecimento dos mecanismos e dispositivos que organizam a sociedade envolvente e que são usados estrategicamente em suas lutas e reivindicações. Não aceitam mais a estrutura de dominação ou padrão de poder que permanece enraizado em nossa sociedade. Rejeitam a forma dominante de controle de recursos, trabalho e conhecimento, rejeitam a colonialidade e defendem o bem viver indígena, prática proveniente de uma proposição ancestral de complementariedade, harmonia e reciprocidade entre os povos, a natureza e todos os seres humanos e não

humanos que dela fazem parte.

Referências

AMADO, Luiz Henrique Eloy Amado. Situação jurídica das terras Terena em Mato Grosso do Sul. **Tellus**, Campo Grande, Ano 20, nº 41, 2020, p. 11-34. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/download/637/734/2832>. Acesso em 21 mai. 2024.

AMADO, Luiz Henrique Eloy. Despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político em Mato Grosso do Sul. **MovimentAção**, Dourados, v. 4, nº 6, 2017, p. 83-104. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/7674>. Acesso em 21 mai. 2024.

APIB – Articulação dos Povos Indígenas. Revista Terena Vukápanavo publica dossiê sobre “Pandemia da Covid-19 na vida dos Povos Indígenas”. **APIB**, 4 fev. 2021. Disponível em <https://apiboficial.org/2021/02/04/revista-terena-vukapanavo-publica-dossie-sobre-pandemia-da-covid-19-na-vida-dos-povos-indigenas/> Acesso em 20 fev. 2022.

BALLESTRIN, Luciana, A América Latina e o Giro Decolonial. **Revista Brasileira de Ciências Políticas**, nº 11, 2013, p. 89-117.

BALTAZAR, Paulo. **O Processo Decisório dos Terena**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 33, nº 1, 2018, p. 119-137.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CASTRO, Iára Quelho & VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. História e memórias reacendidas: a apropriação Terena da escola. **Outros Tempos**, vol. 12 nº 20, 2015, p. 143-157.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramon. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramon (coords.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 9-24.

CAVALLI, Guilherme. Congresso anti-indígena: 33 propostas, reunindo mais de 100 projetos, ameaçam direitos indígenas. Conselho Indigenista Missionário, 13 out. 2017. Disponível em <https://cimi.org.br/2017/10/congresso-anti-indigena-33-propostas-reunindo-mais-de-100-projetos-ameacam-direitos-indigenas/>. Acesso em 21 mai. 2024.

CONSELHO DO POVO TERENA. Disponível em: https://www.facebook.com/conselhoterena/photos/?ref=page_internal. Acesso em 21 mai. 2024.

DOCUMENTO FINAL da I Grande Assembleia do Povo Terena, Aldeia Imbirussú, Terra Indígena

Taunay-Ipegue, 1º, 2 e 3 de junho de 2012. Disponível em: <https://cimi.org.br/2012/06/33634/>. Acesso em 19 abr. 2018.

DOCUMENTO FINAL da XIV Assembleia do Povo Terena, Aldeia Mãe Terra, Terra Indígena Cachoeirinha, Miranda, 17 a 20 de novembro de 2021. Disponível em <https://apiboficial.org/files/2021/11/Documento-XIV-Assembleia-Terena.pdf>. Acesso em 21 abr. 2022.

DUSSEL, Enrique. **Transmodernidade e interculturalidade**: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**. Volume 31 números 1 janeiro/abril 2016. p. 51-73.

FANHANI, Alice Pereira. Os Terena no movimento indígena: a constituição de sujeitos políticos em situação de alteridade e adversidade. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021

GROSFUGUEL, Ramón. Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramon (coords.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 63-78.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 21 mai. 2024.

LADEIRA, Maria Elisa. **Língua e História**: análise sociolingüística em um grupo terena. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LANDER, Edgardo et al. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSFUGUEL, Ramon (coords.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 127-167.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del signo, 2011

MIGNOLO, Walter. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **The South Atlantic Quarterly**, v. 101, nº 1, 2002, p. 57-95.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de America Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa (2005).

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Sonia Guajajara abre Caravana "Participa, Parente!" durante a Grande Assembleia do Povo Terena, no Mato Grosso do Sul. 16 nov. 2023. Disponível em <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/sonia-guajajara-abre-caravana-201cparticipa-parente-201d-durante-a-grande-assembleia-do-povo-terena->

[-no-mato-grosso-do-sul](#). Acesso em 21 mai. 2024.

MONTEIRO, John Manoel. **Tupis, tapuias e historiadores**: estudos de história indígena e do indigenismo. Tese (Livre-Docência). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PAIM, Elison Antonio. Epistemologia Decolonial: uma ferramenta política para ensinar histórias outras. **HH Magazine: humanidades em rede**, 2019. Disponível em <https://hhmagazine.com.br/epistemologia-decolonial-uma-ferramenta-politica-para-ensinar-historias-outras/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

QUIJANO, Aníbal & WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, vol. 44, nº 4, 1992, p. 549 - 557.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, vol. 11, nº 2, 2000, p. 342-386.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 73-118.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 23-71.

SERAGUZA, Lauriene. *Aty Kuña Guasu* – sexualidade e relações de gênero entre os Kaiowa e Guarani. **Anais do III Congresso Ibero-americano de Etnologia, Etno-história e Arqueologia**. Dourados, 2015.

WALSH, Catherine. ¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologias decoloniales. **Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, Colômbia, nº 26, 2007, p. 102-113.